

DISCLOSURE DOS PASSIVOS AMBIENTAIS CONTINGENTES E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

CRISTIANO REINALDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

FRANCISCO ROBERTO PINTO

Introdução

Os estudos de Prado e Ribeiro (2016) apontam a necessidade do aumento nos níveis de pesquisa sobre as provisões e os passivos ambientais. Isso porque o desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática pode fornecer informações mais acuradas ao mercado e aos agentes reguladores, relacionadas à relevância, confiabilidade, qualidade e comparabilidade das provisões e dos passivos ambientais. Entretanto, nos últimos anos observa-se um aumento de pesquisas em relação à temática disclosure relacionada às questões contábeis ou financeiras,

Problema de Pesquisa e Objetivo

Levanta-se como ponto norteador o seguinte questionamento de pesquisa: Quais fatores influenciam no disclosure das provisões e dos passivos contingentes ambientais como fator estratégico de Responsabilidade Socioambiental das companhias de capital aberto listadas na [B]3? Como objetivo geral, pretende-se identificar o nível de disclosure das provisões e dos passivos contingentes ambientais como fator estratégico de Responsabilidade Socioambiental das companhias de capital aberto listadas na [B]3, no período de 2013 a 2022. Além de tangenciar a discussão com base na Teoria da Divulgação.

Fundamentação Teórica

O passivo ambiental representa o sacrifício de benefícios econômicos que serão realizados para a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, de forma a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o meio ecológico ou em decorrência de conduta inadequada em relação às questões ambientais (AKINLO & DADA, 2021; MASRON & SUBRAMANIAM, 2019; RIBEIRO, 2006). Diz respeito às sanções por degradação ambiental, às medidas empresariais para a prevenção de danos ambientais, que têm reflexos econômico-financeiros, comprometendo tanto o presente quanto o futuro da empresa.

Metodologia

Este estudo classifica-se como descritivo, quantitativo, documental envolvendo estatística descritiva e um modelo econométrico com dados em painel para o alcance dos objetivos levantados. A população escolhida são as empresas listadas na [B]3 S.A., composta por 294 empresas (vide Tabela 1), totalizando 653 observações e dados disponíveis em todo o período da pesquisa (2013 a 2022), excluindo-se as holdings, tendo em vista suas características diferenciadas em relação às demais, particularmente as que divulgam informações sobre as provisões e os passivos contingentes ambientais.

Análise dos Resultados

Em relação à variável PPCA, esta não foi significante; foram consideradas duas proxies com potencial de influenciar os relatórios de disclosure de responsabilidade socioambiental e as provisões e passivos contingentes ambientais das entidades. Na variável ROA, considera-se como negativa, porque a relação entre o desempenho organizacional e a divulgação de informações ambientais é negativa. Os setores de energia, serviços e papel e celulose evidenciam os maiores montantes de contingências ambientais, onde o primeiro se destaca por apresentar maior montante financeiro de passivos contingentes.

Conclusão

Os passivos contingentes não são apresentados em balanços e apenas evidenciados em notas explicativas, ainda sim, constatou-se que, apesar do crescente aumento nos níveis de divulgação durante os anos observados, menos da metade das empresas analisadas apresentam resultados referente ao disclosure das provisões e dos passivos contingentes ambientais, evidenciando uma fragilidade na qualidade das informações prestadas aos stakeholders. O número de empresas que divulgam informações sobre as provisões e os passivos contingentes ainda é relativamente baixo.

Referências Bibliográficas

Abdo, H., Mangena, M., Needham, G., & Hunt, D. (2018). Disclosure of provisions for decommissioning costs in annual reports of oil and gas companies: A content analysis and stakeholder views. *Accounting Forum*, 42(4), 341-358. Silva, A. F. P., Araújo, R. A. M., & Santos, L. M. S. (2018). Relação da rentabilidade e o disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(52), 101-118.

Palavras Chave

Disclosure, Passivos Contingentes, RSA

DISCLOSURE DOS PASSIVOS AMBIENTAIS CONTINGENTES E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura sobre a qualidade das informações (contábeis, econômicas ou financeiras), avaliação de riscos e gestão para resultados, traz consigo desafios de vários níveis para as organizações. Talvez os mais paradoxais sejam os que acarretam a necessidade de contemplar, em seus objetivos, questões econômicas, de financiamento, de controle, Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE), conforme os estudos de Drucker (2017); Chiudini, Cunha e Marques (2018); Ponte *et al.* (2019); Garcia *et al.* (2021). Entretanto, a RSC deu lugar à Responsabilidade Socioambiental (RSA), para a maximização do conceito de ESG [*Environmental* (Ambiental), *Social* (Social), *Governance* (Governança)]. Tais fatores, são essenciais para as estratégias de inovação, de produtividade e crescimento de mercado, bem como para a gestão de risco, para o valor das companhias e principalmente para reponsabilidades organizacionais, coerentes com as novas tendências de desenvolvimento econômico e financeiro.

Nem sempre as tecnologias disponíveis ou os processos desenvolvidos permitem um equilíbrio entre estes objetivos, fazendo com que as organizações precisem, às vezes, sacrificar a obtenção de um, em função do alcance de outro, este tipo de dilema tem sido chamado de *trade-off*. Uma das lentes teóricas mais utilizadas para investigar o fenômeno da RSC (RSA) é a teoria dos *stakeholders*, segundo a qual as empresas devem estender seu leque de público de interesses, se contrapondo à visão baseada exclusivamente no *shareholders* (FREEMAN, HARRISON, WICKS, PARMAR, & COLE, 2010). Essa associação entre RSA e teoria dos *stakeholders* se dá, sobretudo, por assumir que as organizações possuem responsabilidades que extrapolam os interesses puramente econômicos (JAMALI, SAFIEDDINE & RABBATH, 2008). A garantia de um sistema econômico saudável está vinculada à transparência e à qualidade das informações veiculadas pelos diversos produtores de informação econômico-financeira-contábil e à conduta ética por parte dos profissionais que atuam em organizações públicas ou privadas, e que, por deterem informações e o poder de manipulá-las, podem causar prejuízos à sociedade de forma geral, como ausência de informação e/ou desinformação quando caracterizada pela informação manipulada e engano proposital das demonstrações contábeis ou financeiras que podem favorecer e/ou aumentar a incidência de riscos, além de configurar um “crime” e uma “fraude corporativa”.

A informação contábil se torna relevante quando possui a capacidade de auxiliar os usuários em suas tomadas de decisões. Camargo e Alberton (2015), esclarecem que a divulgação de informações relevantes (*disclosure*) é uma das questões centrais da contabilidade, tendo como premissa o entendimento do conceito de materialidade. Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015) destacam que a informação é material quando a sua omissão ou divulgação distorcida interfere nas decisões dos usuários. Assim, a informação material é aquela que possui divulgação fundamental e cujo conhecimento é imprescindível aos usuários da informação contábil (HENDRIKSEN & VAN BREDA, 1999).

A Teoria da Divulgação é estudada por Verrecchia (2001), que por meio de modelos matemáticos tenta explicar e prever os fenômenos referentes ao *disclosure*. De acordo com o autor, essa teoria não possui uma referência central, permitindo que a divulgação possa ser compreendida como uma mistura diversificada e altamente estilizada na qual cada modelo pretende examinar uma pequena parte. Em contrapartida, Dye (2001) afirma que a teoria da divulgação voluntária é um caso similar e especial à teoria dos jogos, uma vez que possui a

premissa de que qualquer entidade irá divulgar apenas informações favoráveis, deixando de lado informações desfavoráveis sobre a empresa.

A teoria da divulgação pode ser dividida em três estágios. O primeiro, conhecido como “divulgação baseada em associação”, é uma pesquisa que estuda os efeitos da divulgação exógena sobre a mudança agregada ou cumulativa nas ações dos investidores, no qual alguns alegam que a qualidade da informação aumenta a divulgação voluntária. O segundo tange à “divulgação discricionária”, que examina como os gestores exercem o autocontrole em relação à divulgação de informações de seu conhecimento. O terceiro é relativo à “divulgação baseada em eficiência”, uma pesquisa que discute quais acordos são utilizados na divulgação de informações sem o conhecimento prévio das mesmas, ou seja, quais são as escolhas incondicionais de divulgação (VERRECCHIA, 2001).

Os estudos de Prado e Ribeiro (2016) apontam a necessidade do aumento nos níveis de pesquisa sobre as provisões e os passivos ambientais. Isso porque o desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática pode fornecer informações mais acuradas ao mercado e aos agentes reguladores, relacionadas à relevância, confiabilidade, qualidade e comparabilidade das provisões e dos passivos ambientais. Entretanto, nos últimos anos observa-se um aumento de pesquisas em relação à temática *disclosure* relacionada às questões contábeis ou financeiras, seja nacional (MURCIA & SANTOS, 2009; KRONBAUER & SILVA, 2012; CUNHA & RIBEIRO, 2016; GANGEMI, PEREIRA & SLAVOV 2016; COSTA, CORREIA, MACHADO & LUCENA, 2017; SILVA, ARAÚJO & SANTOS, 2018; NASCIMENTO & ARRUDA, 2019) ou internacional (AKHTARUDDIN, HOSSAIN, HOSSAIN, & YAO, 2009; ABDU, MANGENA, NEEDHAM, & HUNT, 2018; ABDULLAH, HAMZAH, HELMI, TSENG & BRANDER, 2019). Com diferentes temáticas sobre divulgação econômico-financeira, estudos sobre: o nível de evidenciação das empresas listadas nas bolsas de valores, dos níveis de indicadores de sustentabilidade e os que são relacionados com a responsabilidade ambiental.

Vale lembrar que o conceito de proteção à natureza, para algumas empresas, já vem se firmando como dever de todos como preceitua o Pacto Global e os encontros realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas ainda é necessária uma evolução nesse sentido. Dentro do conceito de responsabilidade social das empresas, está embutida a prevenção de danos à natureza; desta forma, algumas empresas já estão empenhadas em fazê-la. Observa-se, assim, a adequação da inclusão das informações ambientais nos relatórios contábeis (ativos, provisões, passivos e custos ambientais), assim como sua disseminação, para que os vários grupos de usuários avaliem a preocupação da empresa com seu papel social, seu posicionamento em relação ao ambiente, formulando e implementando ideias, atitudes e condutas que promovam melhorias no curto e no longo prazo, as quais se refletirão na imagem da empresa e em sua situação patrimonial.

Frente ao contexto apresentado, levanta-se como ponto norteador o seguinte questionamento de pesquisa: Quais fatores influenciam no *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes ambientais como fator estratégico de Responsabilidade Socioambiental das companhias de capital aberto listadas na [B]³? Como objetivo geral, pretende-se identificar o nível de *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes ambientais como fator estratégico de Responsabilidade Socioambiental das companhias de capital aberto listadas na [B]³, no período de 2013 a 2022. Especificamente, serão realizadas: uma busca por meio de exames bibliométricos, uma análise de regressão, além de tangenciar a discussão com base na Teoria da Divulgação de Verrecchia (2001), para analisar a relação e os efeitos entre os construtos como uma das principais ferramentas de monitoramento.

Com o passar dos anos, tornou-se necessário obter informações objetivas e claras sobre a postura ambiental adotada pelas companhias. Quando as empresas possuem passivos contingentes ambientais e estes não se encontram identificados, ou não se realizarem as devidas provisões; pode comprometer sua manutenção e provocar grande prejuízo aos demais

envolvidos, pois estes não terão subsídios para uma correta e real avaliação da situação da empresa e, desta forma, não poderão julgar a viabilidade de fazerem investimentos nela. A contabilidade, enquanto instrumento de comunicação entre empresas e sociedade, deve estar inserida diretamente (essencialmente) na causa ambiental. A avaliação patrimonial, considerando os riscos e benefícios ambientais inerentes às peculiaridades de cada atividade econômica, bem como sua localização, poderá conscientizar os diversos segmentos de usuários das demonstrações contábeis sobre sua conduta, no que tange ao empenho da empresa sobre a questão apresentada nesta pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A contabilidade Ambiental surgiu em 1970, onde a sociedade e as empresas passaram a se importar mais com o meio ambiente, pois os problemas não poderiam ser de responsabilidade localizada, e sim uma responsabilidade global (CARVALHO, 2011; COSTA, 2012; FERREIRA & GONZÁLES, 2015). A pesquisa na área da contabilidade ambiental está categorizada em três grupos (CLARKSON, RICHARDSON & VASVARI, 2007): o primeiro grupo busca avaliar a relevância da informação para *performance* ambiental corporativa. Este tipo de pesquisa responde à necessidade em calcular o passivo ambiental das empresas (CORNIER, MAGNAN & MORARD, 1993; BLACCONIERE & PATTEN, 1994; RICHARDSON & WELKER, 2001). O segundo grupo examina os fatores que impactam a decisão gerencial em divulgar informações sobre o passivo ambiental. As pesquisas, nesta área, têm demonstrado que há fatores estratégicos que influenciam a decisão pela divulgação de informações do passivo ambiental (PATTEN, 1992; BARTH, MCNICHOLS & WILSON, 1997; CORMIER & MAGNAN, 2006). O terceiro grupo explora que há uma relação entre a evidenciação de informações ambientais e a *performance* ambiental (INGRAM & FRAZIER, 1980; WISEMAN, 1982; FREEDMAN WASLEY, 1990; CLARKSON, RICHARDSON & VASVARI, 2007).

As informações de natureza ambiental sejam elas ativos, provisões, passivos ou custos, são evidenciadas, geralmente, no Brasil, de forma segregada na estrutura tradicional do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados, mediante contas de natureza ambiental com menções no Relatório da Diretoria e/ou em Notas Explicativas. Por outro lado, Paiva (2003) menciona que algumas alternativas foram criadas para divulgação como Balanço Social, Eco-balanço, Quadros Suplementares, dentre outros. O Balanço Social é uma demonstração de gestão da informação que visa evidenciar de forma plena, informações de natureza contábil, econômica, ambiental e social, sobre o desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários.

O passivo ambiental representa o sacrifício de benefícios econômicos que serão realizados para a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, de forma a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o meio ecológico ou em decorrência de conduta inadequada em relação às questões ambientais (AKINLO & DADA, 2021; MASRON & SUBRAMANIAM, 2019; RIBEIRO, 2006). Diz respeito não só às sanções por degradação ambiental, mas também às medidas empresariais para a prevenção de danos ambientais, que têm reflexos econômico-financeiros, comprometendo tanto o presente quanto o futuro da empresa, exemplificado nas situações em que a empresa tem de assumir a responsabilidade pelas consequências de suas atividades operacionais, como o depósito de resíduos no meio ambiente (RODRIGUES, CUNHA, BRITO & PIRES 2016; ARGERINO, 2016). Tornou-se mais difundido pela sua conotação negativa, ou seja, por ações que agrediram significativamente o meio ambiente e, por isso, geraram passivos com valores consideráveis na forma de multas e indenizações a terceiros, para recuperar áreas degradadas ou poluídas. Em contrapartida, podem existir, atitudes voltadas para a sustentabilidade, ambientalmente responsáveis, e que provoquem a execução de medidas preventivas para reduzir impactos ao

meio ambiente, sendo que os consequentes efeitos econômico-financeiros dessas medidas é que geram o passivo ambiental.

O reconhecimento de passivos ambientais torna-se cada vez mais relevante, pois segundo Borba e Rover (2006) a mensuração dos gastos de origem de um passivo ambiental pode vir de um evento ou uma transação que reflita a interação da organização com o meio ambiente, cujo sacrifício econômico ocorrerá no futuro. Ou seja, gastos como aquisição de ativos para contenção de impactos ambientais, pagamento de multas por infrações ambientais e gastos para compensar danos ao meio ambiente podem ser classificados neste grupo. A influência dos passivos ambientais nos cálculos de resultados e do valor da empresa tem ganhado importância e reconhecimento no mercado, conforme assevera Bae (2005), ao afirmar que “os resultados são consistentes com a noção de que o potencial passivo ambiental pode criar ruído em um sistema de contabilidade da empresa em geral e os seus ganhos em particular”. Para este mesmo autor, “criar ruído” significa menor confiabilidade na informação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis/Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37, explica passivo contingente como sendo: (1) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (2) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade (CPC, 2009). Ressalta-se que as provisões reportadas neste normativo tratam da possibilidade de contabilização por parte da empresa sobre um evento presente ou passado que poderá acontecer ou não, gerando um desembolso futuro de caixa; mas, para serem contabilizadas, primeiramente deverá haver a possibilidade de ser mensurado o valor, além da probabilidade de este desembolso futuro de caixa ser maior do que não acontecer. Só seguindo tais condições a provisão poderão ser contabilizada, sendo está a primeira exigência que dificulta a relação entre passivo ambiental e a provisão do passivo contingente, tornando-se complicado, dessa forma, sua mensuração.

Dentro dessa perspectiva, foram levantadas as seguintes hipóteses de pesquisa:

- H₁: Existe uma associação positiva entre o tamanho das empresas e a divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais.
- H₂: Existe uma associação positiva entre as empresas que exercem atividades de maior impacto ambiental em evidenciar informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais.
- H₃: Existe uma relação positiva nas empresas de maior retorno operacional em divulgar informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais.
- H₄: Existe uma associação positiva entre os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa das empresas e o nível de *disclosure* sobre RSA.

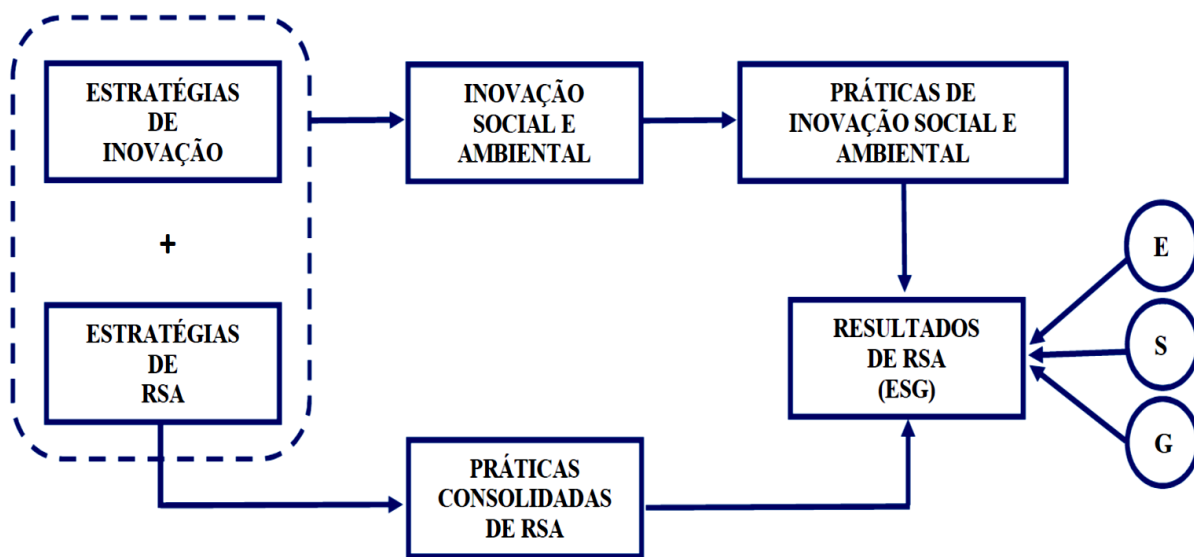
3. METODOLOGIA

Este estudo classifica-se como descritivo, quantitativo, documental envolvendo estatística descritiva e um modelo econométrico com dados em painel para o alcance dos objetivos levantados. A população escolhida são as empresas listadas na [B]³ S.A., composta por 294 empresas (vide Tabela 1), totalizando 653 observações e dados disponíveis em todo o

período da pesquisa (2013 a 2022), excluindo-se as *holdings*, tendo em vista suas características diferenciadas em relação às demais, particularmente as que divulgam informações sobre as provisões e os passivos contingentes ambientais.

Tendo em vista esses aspectos preliminares, o *framework* analítico e o caminho metodológico deste estudo se estruturam em dois momentos, sumarizados na Figura 1 e explicados brevemente, a seguir.

Figura 1 - Framework do caminho metodológico



Fonte: Elaboração própria (2023).

Destaca-se que esses momentos não ocorreram de maneira linear, como ocorre nesta pesquisa, envolveu um processo longo de “interobjetivação” conforme descrito nos estudos de Cefai (2003) e Zask (2004), onde afirmam que a experiência é, então, considerada em dois níveis: no nível da realidade observada, na qual os atores e seu ambiente são percebidos sob o ângulo da interação, e no nível do próprio procedimento empírico, que configura (pela investigação) uma interobjetivação de conhecimentos entre investigador(es) e investigado(s). Contudo, pelo objeto de estudo proposto nesta pesquisa, priorizou-se o caminho das estratégias de RSA, onde a divulgação da materialidade dos passivos contingentes ambientais está relacionada intrinsecamente com os eixos Ambiental (E) e da Governança (G); enquanto o caminho das estratégias de inovação no *disclosure* (pela qualidade das informações divulgadas) está relacionada com os eixos da Governança (G) e do Social (S).

A amostra desta pesquisa englobou 100 empresas de diversos setores da economia, listadas na [B]³ conforme a Tabela 1, e que divulgaram provisões e passivos contingente ambientes (RSA) em algum momento do ano dentro do período proposto a este estudo tendo em vista a Lei nº 10.165 publicada em 2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e que divide as empresas em três níveis (alto, médio e baixo impacto) a partir das atividades consideradas potencialmente poluidoras. Para a composição dessa amostra foram excluídas as empresas dos setores de comunicações, tecnologia da informação, saúde e financeiras, em função das particularidades em termos de estrutura destas organizações possuindo, portanto, exigências regulatórias distintas.

Tabela 1 - Quantidade de empresas da amostra por setor.

Sector Econômico	Total do Setor	Representatividade	Quantidade Amostra	Representatividade
Bens Industriais	62	21,1%	28	9,5%
Materiais Básicos	31	10,5%	11	3,7%
Consumo não cíclico	24	8,2%	8	2,7%
Consumo Cíclico	76	25,9%	24	8,2%
Comunicações	4	1,4%	0	0,0%
Tecnologia da Informação	7	2,4%	0	0,0%
Saúde	14	4,8%	0	0,0%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	9	3,1%	9	3,1%
Utilidade Pública	67	22,8%	20	6,8%
Total de empresas	294	100%	100	100%

Fonte: Dados extraídos da [B]³ (2023).

Fazendo a análise da Tabela 1, observa-se que os setores de bens industriais, consumo cíclico e utilidade pública são os mais representativos na amostra de estudo, com participação de 9,5%, 8,2%, e 6,8%, respectivamente. Os demais setores possuem menor representatividade em relação ao total da amostra, variando de 2% a 3,7%.

Com a pretensão de estudar a questão do *disclosure* da Responsabilidade Socioambiental (RSA) das empresas que divulgam as provisões e os passivos contingentes ambientais, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo que permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2018), a fim de investigar quais são as informações de natureza ambiental divulgadas nas Demonstrações Contábeis e outros relatórios complementares. Utilizou-se um conjunto de métricas adaptado do trabalho de Sousa, Silva, Ribeiro e Welffort, *et al.* (2014) e do Relatório GRI (2013) composto por nove categorias que são: Políticas Ambientais (05 subcategorias), Gestão Ambiental (03 subcategorias), Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente (03 subcategorias), Mitigação, reparação e compensação de danos ao Meio Ambiente (07 subcategorias), Energia (03 subcategorias), Informações Financeiras Ambientais (06 subcategorias), Educação e Pesquisa Ambiental (02 subcategorias), Mercado de Créditos de Carbono (04 subcategorias) e Outras Informações Ambientais (06 subcategorias) totalizando assim 39 subcategorias, conforme demonstrado no Quadro 1.

Os dados da pesquisa se referem às informações anuais e foram extraídos de fontes secundárias de acesso público e digital. Os dados referentes à RSA, foram coletados da base de dados Thomas Reuters. Os dados financeiros foram extraídos da base Economática® (para coletar os dados econômico-financeiros das companhias) e os dados de composição às provisões e passivos contingentes ambientais do Formulário de Referência (FR) nos endereços eletrônicos da [B]³ e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além do banco de dados JP Morgan's ADR, Economática® e banco de dados da CSRHub. O CSRHub dispõe de informações de responsabilidade social e sustentabilidade corporativa de mais 18.554 empresas em 132 países (CSRHub, 2023).

Quadro 1 - Categorias de informações Ambientais.

Categorias	Ordem	Subcategorias
Políticas Ambientais	1	Declaração das políticas, práticas, ações atuais
	2	Estabelecimento de metas e objetivos ambientais
	3	Declarações indicando que a empresa está (ou não) em obediência (<i>compliance</i>) com as leis, licenças, normas e órgão ambientais
	4	Parcerias ambientais
	5	Prêmios e participações em índices ambientais
Gestão Ambiental	1	Gestão Ambiental
	2	Certificações de qualidade
	3	Auditoria Ambiental
Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	1	Desperdícios de resíduos
	2	Processos de acondicionamento (embalagem)
	3	Impacto no meio ambiente (vazamentos, derramamentos, terra utilizada etc.)
Mitigação, reparação e compensação de danos ao Meio Ambiente	1	Reciclagem e reuso
	2	Desenvolvimento de produtos ecológicos
	3	Uso eficiente e reutilização da água
	4	Reparos aos danos ambientais
	5	Menção a investimentos ambientais
	6	Medidas de segurança ambiental
	7	Indicadores ambientais
Energia	1	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações
	2	Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia
	3	Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia
Informações Financeiras Ambientais	1	Valor dos Investimentos ambientais
	2	Montante dos custos e/ou despesas ambientais
	3	Passivos Ambientais
	4	Práticas contábeis de itens ambientais
	5	Seguro Ambiental
	6	Ativos ambientais intangíveis
Educação e Pesquisa Ambiental	1	Educação Ambiental (internamente e/ou comunidade)
	2	Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
Mercado de Créditos de Carbono	1	Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
	2	Créditos de Carbono
	3	Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)
	4	Certificados de emissões reduzidas (CER)
Outras Informações Ambientais	1	Expectativas e continuidade de ações ambientais
	2	Gerenciamento de florestas e/ou reflorestamento
	3	Conservação da Biodiversidade
	4	Paisagismo e jardinagem (<i>landscaping</i>)
	5	Relacionamento Ambiental com <i>stakeholders</i>
	6	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

Fonte: Adaptado do GRI (2013, *apud* Sousa *et al.* 2014).

Considerando ainda a amostra desta pesquisa, é válido destacar que, apesar de algumas das empresas serem potencialmente ou altamente poluidoras, elas precisam evidenciar as informações sobre provisões e/ou passivos contingentes nos seus demonstrativos, verificando a aderência à norma em relação ao requisito de *disclosure* das informações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 25 (CPC 25), para reconhecimento de provisões ambientais e divulgação de passivos contingentes, classificadas em informações quantitativas e qualitativas. A aderência foi calculada por meio da elaboração de uma métrica de pesquisa conforme Quadro 2, contemplando as exigências de divulgação previstas nos itens 84 a 92 deste comitê.

Quadro 2 - Itens de divulgação de acordo com CPC 25.

Itens de divulgação	Pontos investigados
Provisões Ambientais	O valor contábil no início e no fim do período.
	Provisões adicionais feitas no exercício, incluindo aumento nas provisões existentes.
	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o exercício.
	Valores não utilizados e revertidos durante o exercício.
	Breve descrição da natureza da obrigação.
	Provisões esperadas para as saídas de benefícios econômicos.
	Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos.
	O valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.
Passivos Contingentes Ambientais	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente
	A estimativa de seu efeito financeiro quando praticável
	O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto
	Incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída quando praticável
	Possibilidade de qualquer reembolso quando praticável

Fonte: Elaboração própria (2023).

À medida que as empresas divulgavam um item, era associado ao valor 1 (um); para itens não divulgados era associado 0 (zero), constituindo, assim, uma variável *dummy*. Posteriormente, realizou-se a razão entre o total de itens divulgados pelas empresas e o total de itens que correspondiam a métrica. No Quadro 3, pode-se observar que a variável que corresponde à *disclosure* de informações ambientais é a variável de interesse da pesquisa; as provisões e passivos contingentes é uma variável explicativa, foco do presente estudo; as demais variáveis se caracterizam como variáveis de controle, que, segundo Appuhami e Tashakor (2017), são consideradas características das organizações, que podem influenciar a divulgação de informações de uma empresa (HACKSTON & MILNE, 1996; HALME & HUSE, 1997; GRAY *et al.* 2001; BRAMMER & PAVELIN, 2006; MURCIA & SANTOS, 2009; LU & ABEYSEKERA, 2014; CHANDOK & SINGH, 2017; CORMIER & FOMEZGUTIERREZ, 2018).

Quadro 3 - Variáveis utilizadas na pesquisa.

Variável	Tipo	Operacionalização	Fonte de dados	Embasamento teórico
DRSA	Dependente	<i>Disclosure</i> de Relatório Socioambiental	Thomas Reuters®	Cucari <i>et al.</i> (2017); Garcia <i>et al.</i> (2017); Birindelli <i>et al.</i> (2018); Coluccia, <i>et al.</i> (2018); Buallay <i>et al.</i> (2020); Qureshi <i>et al.</i> (2020); Wasiuzzaman e Mohammad (2020).
PPCA	Independente	Provisões e Passivos Contingentes Ambientais	Thomas Reuters®	Carvalho <i>et al.</i> , (2018); Costa <i>et al.</i> (2017); Leal <i>et al.</i> , (2015); Baldoino e Borba (2015), Ferreira; Borba; Rosa, (2014); CPC, (2009).
NM	Controle	Novo Mercado	Economática®	Wachira (2017); Ferreira <i>et al.</i> (2016); Vogt <i>et al.</i> (2015); Antunes e Mendonça (2008).
TAM	Controle	Tamanho da Empresa	Formulário de Referência – Item 12.7	Cunha <i>et al.</i> (2014); Silva <i>et al.</i> (2014); Sun, Lan e Liu (2014); Xie, Davidson III e Dadalt (2003) Yang e Krishnan (2005).
GAF	Controle	Alavancagem Financeira	Economática®	Sohn (2016) e Francis, Birindelli <i>et al.</i> (2018); Bektur e Arzova (2020); Wasiuzzaman e Mohammad (2020); Manta <i>et al.</i> (2021).
ROA	Controle	Rentabilidade do Ativo (ROA)	Economática®	Cornett (2016); Birindelli <i>et al.</i> (2018); Sierra-García <i>et al.</i> (2019); Bektur e Arzova (2020); Wasiuzzaman e Mohammad (2020); Manta <i>et al.</i> (2021).
NDGC	Controle	Níveis Diferenciados de Governança Corporativa	Economática®	Birindelli <i>et al.</i> (2018); Bravo e Reguera-Alvarado (2018); Buallay <i>et al.</i> (2020); Coluccia, <i>et al.</i> (2018); Qureshi <i>et al.</i> (2020); Wasiuzzaman e Mohammad (2020); Buallay <i>et al.</i> (2020); Manta <i>et al.</i> (2021).

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A variável dependente deste estudo é o *disclosure* socioambiental e a independente são as provisões e passivos contingentes ambientais, cuja *proxy* utilizada é a pontuação ESG, que representa o julgamento de mercado sobre a divulgação ambiental, social e de governança apresentada pelas empresas (COLUCCIA & FONTANA SOLIMENE, 2018). As pontuações de divulgação medem a transparência da empresa e variam de 1 a 100, de modo que uma pontuação mais alta indica mais divulgação e transparência de informações (WASIUZZAMAN E MOHAMMAD, 2020).

A metodologia utilizada para analisar a hipótese de pesquisa deste estudo foi testada usando o modelo de regressão linear múltipla com dados em painel. O modelo apresenta-se a seguir:

$$DRSA = \beta_0 + \beta_1PPCA + \beta_2NM + \beta_3TAM + \beta_4GAF + \beta_5ROA + \beta_6NDGC + \varepsilon \quad (1)$$

Em que:

DRSA = *Disclosure* do Relatório Socioambiental (RSA);

PPCA = Provisões e Passivos Contingentes Ambientais

TAM = Tamanho da Empresa;

GAF = Alavancagem Financeira;

ROA = Rentabilidade do Ativo; e

NDGC = Níveis Diferenciados de Governança Corporativa.

Considerando a existência de um volume significativo de informações ausentes sobre a divulgação de provisões e passivos ambientais, as empresas podem não ter divulgado as informações pelo fato de estas não se aplicarem ao contexto operacional em que se encontram, ou mesmo por não atenderem aos requisitos de divulgação estabelecidos, esta pesquisa considerou dois eixos de *disclosure*, **eixo 1:** analisar de forma mais rigorosa se as empresas atenderam às exigências de divulgação estabelecidas, pelo número de itens atendidos, itens requeridos e itens não aplicáveis à empresa; **eixo 2:** analisar de forma mais tolerante o cumprimento das normas contábeis referente ao passivo ambiental, haja vista considerar que as empresas que não mencionaram seus itens na divulgação, omitem informações sobre elementos que não se aplica ao contexto operacional mas que podem influenciar de forma indireta os resultados econômico-financeiros da empresa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para analisar a qualidade da informação sobre o *disclosure* das informações socioambientais, assim como as provisões e passivos contingentes ambientais apresentada pelas empresas listadas na [B]³, foi realizada uma análise descritiva de dados, seguida de uma análise econométrica descritiva dos fatores determinantes, bem como das variáveis de controle, a fim de testar as hipóteses da pesquisa e verificar a influência das variáveis independentes para identificar o seu perfil e comportamento nas 100 empresas estudadas. Para essa análise, utilizou-se os critérios de reconhecimento e bases de mensuração e divulgação estabelecidos pelo CPC 25.

Tabela 2 - Variáveis calculadas na pesquisa.

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
DRSA	0,85128	0,21179	0,16436	1,11000
PPCA	4,35321	1,54936	0,00000	1,00000
TAM	20,26141	1,71628	16,45628	26,43346
GAF	0,79179	0,24885	0,17987	2,02436
ROA	0,03436	0,14077	-1,58923	0,46397
NDGC	1,03333	0,50744	0,00000	1,00000

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nesta tabela, pode-se observar o desvio padrão das variáveis PPCA (1,54936) e a TAM (1,71628), que apresentaram uma maior dispersão dos dados em torno da média, ao contrário da variável ROA (0,14077), que mostrou menor dispersão. Constata-se, ainda, que as variáveis PPCA e TAM apresentaram as maiores médias, 4,35321 e 20,26141, respectivamente. Em relação à variável dependente, DRSA, as empresas que possuem *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes ambientais, evidenciaram um mínimo de 0,16436 dos itens listados e investigados; o máximo foi de 1,11000.

Para análise econométrica, utilizaram-se os Testes de Chow (p-valor = 0,0000), Hausman (p-valor = 0,1356) e Breusch-Pagan (p-valor = 0,0000). A partir dos valores obtidos, verificou-se que o melhor painel para os dados é o modelo de efeitos aleatórios. Em seguida, foram realizados os Testes de Wooldridge (p-valor = 0,0000) e de Breusch-Pagan-Godfrey (p-valor = 0,0000), para averiguar se o modelo apresentava problemas de autocorrelação e heterocedasticidade, nessa ordem. Com a rejeição das hipóteses de ausência de tais problemas, observou-se que o modelo é tanto autocorrelacionado quanto heterocedástico, e, como forma de corrigi-los, realizou-se o modelo de regressão em dados em painel, de efeitos aleatórios com robustez, cujos resultados estão evidenciados na Tabela 3.

Tabela 3 - Variáveis calculadas na pesquisa.

Variável	Coefficiente
β_0	0,95897
PPCA	0,26538
TAM	0,00000
GAF	0,82051
ROA	0,02692
NDGC	0,44487

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação à variável PPCA, esta não foi significativa (p-valor = 0,26538); foram consideradas duas *proxies* com potencial de influenciar os relatórios de *disclosure* de responsabilidade socioambiental e as provisões e passivos contingentes ambientais das entidades (CARVALHO *et al.*, 2018; COSTA *et al.* 2017; LEAL *et al.*, 2015; BALDOINO & BORBA 2015, FERREIRA; BORBA; ROSA, 2014; CPC, 2009).

Sobre a variável TAM, pode-se observar que também é estatisticamente significativa (p-valor = 0,000), o que evidência claramente que o tamanho das empresas tem relação direta com a divulgação ambiental. Pode-se observar que este resultado converge com os estudos de Liu e Anbumozhi (2009), Huang e Kung (2010), Monteiro e Aibar-Guzmán (2010), Burgwal e Vieira (2014) e Chandok e Singh (2017) e Manta *et al.* (2021), que apresentam uma relação positiva entre as variáveis, partindo-se do pressuposto de que, como as grandes empresas competem continuamente em uma economia global contando com um número expressivo de partes interessadas nos seus relatórios, passam assim a divulgar mais informações de cunho ambiental, como resposta às pressões sofridas, e para se legitimarem no ambiente no qual estão inseridas (CHANDOK & SINGH, 2017; LU & TAYLOR, 2018; PRATES *et al.* 2019; QURESHI *et al.* 2020).

Quanto à variável GAF, verifica-se que ela apresentou significância estatística (p-valor = 0,82051); isso comprova que o fato de as empresas estarem endividadas não tem influência na evidenciação das informações ambientais, o que vai ao encontro dos estudos realizados por Huang e Kung (2010), Giannarakis, Konteos e Sariannidis (2014) e Chandok e Singh (2017).

Os credores de uma empresa, com maior alavancagem financeira, tornam-se mais influentes, e passam a exigir, dessas empresas, mais integridade corporativa e uma maior divulgação de informações (ROBERTS, 1992; HUANG & KUNG, 2010).

Na variável ROA pode-se observar que ela apresentou significância estatística (p-valor = 0,02692), a um nível de 5% considera-se como negativa, porque a relação entre o desempenho organizacional e a divulgação de informações ambientais é negativa. Isso porque, as empresas com maior desempenho tendem a divulgar mais informações e o contrário também é verdadeiro. O desempenho financeiro de uma companhia tem também efeito positivo na divulgação voluntária em atendimento às demandas sociais (HELFAVA & MOUSSA, 2017; BIRINDELLI *et al.* 2018; BEKTUR & ARZOVA, 2020; WASIUZZAMAN & MOHAMMAD, 2020; MANTA *et al.* 2021). É natural pensar que as empresas com melhor desempenho tenham uma maior probabilidade de investir recursos econômicos em atividades de engajamento socioambiental e a envolver-se com a preparação e a divulgação de informação voluntárias (COLUCCIA, FONTANA & SOLIMENE, 2018).

A variável NDGC não obteve um resultado estatisticamente significativo (p-valor = 0,44487), demonstrando assim, que uma empresa mesmo que esteja inserida em um dos níveis diferenciados de governança corporativa, não implica que a fará divulgar um número significativo de informações ambientais em relação àquelas que não estão classificadas em algum dos níveis da [B]³. Justifica-se, considerando que as evidências das informações podem ser utilizadas como uma ferramenta capaz de reduzir as pressões políticas e sociais enfrentadas pelas organizações conforme afirma Patten (1991), sendo utilizada como um canal, por meio do qual elas respondem às necessidades dos seus *stakeholders*, independentemente se fazem parte, ou não, de um dos segmentos de governança (RIVIÈREGIORDANO, GIORDANO-SPRING & CHO, 2018).

A Tabela 4, a seguir apresenta a evidenciação dos valores de passivos contingentes ambientais por setor no período estabelecido para esta pesquisa.

Tabela 4 - Variáveis calculadas na pesquisa.

Setor	Passivos contingentes ambientais
Energia	R\$ 18.739.740
Serviços	R\$ 7.842.248
Papel e Celulose	R\$ 6.077.403
Siderurgia e Metalurgia	R\$ 289.936
Química e Petroquímica	R\$ 42.193
Indústria da Construção	R\$ 29.890
Mineração	R\$ 12.210
Bens de Consumo	R\$ 6.570

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os setores de energia, serviços e papel e celulose evidenciam os maiores montantes de contingências ambientais. O setor de energia elétrica se destaca por apresentar maior montante financeiro de passivos contingentes R\$ 18.739.740, mesmo não representando o maior setor da amostra. Este fato pode ser explicado pelo alto rigor nas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que aprovou em 2001 o Manual de Contabilidade do Setor, que tem suas demonstrações financeiras disponibilizadas, anualmente, na Central de Informações Econômico-Financeira do Setor Elétrico (CIEFSE), e obrigadas ao envio da Prestação Anual de Contas (PAC). Prado (2014) estudou as empresas de energia elétrica e percebeu o aumento

da divulgação das contingências a partir da publicação de normas da ANEEL. O autor nomeou este processo como sendo a curva de aprendizagem sobre os riscos potenciais, onde as empresas absorvem as informações da legislação vigente e para os próximos anos melhora a qualidade das informações para o mercado, o que pode ter ocorrido na amostra desta pesquisa

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o *disclosure* dos passivos contingentes como fator de estratégia de responsabilidade socioambiental junto a 100 das companhias de capital aberto listadas na [B]³, com dados referentes aos exercícios no período de 2013 a 2022.

Pela análise das demonstrações contábeis e financeiras da amostra levantada, foi possível observar que as empresas evidenciam provisões e passivos contingentes dos diversos segmentos; porém, com o intuito de verificar se as empresas estão comprometidas com responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, a análise foi focada apenas nas informações de natureza ambiental, buscando correlacionar o nível de *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes ambientais, como a responsabilidade socioambiental, para identificar se esta relação contribui para um maior nível de divulgação.

Sobre a variável tamanho da empresa, observa-se que as maiores companhias divulgam mais informações sobre os passivos contingentes ambientais, aceitando assim a hipótese H₁, pois o coeficiente da variável NM apresentou-se significativa. Os resultados encontrados nessa pesquisa vão de encontro aos estudos de Antunes e Mendonça (2008), o qual encontrou em seus resultados que o tamanho das empresas não afeta significativamente a qualidade da informação contábil. Fato que pode ser explicado pela forte regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão fiscalizador das empresas de capital aberto

Em relação ao Endividamento, não foi possível confirmar a hipótese H₂, se às empresas com nível de endividamento divulgam informações de qualidade inferior, conforme descrito nos estudos de Rajpal (2012), Lee (2013), Alves (2014) e Habbash *et al.* (2014).

Na variável, Retorno Operacional, o resultado encontrado não apresentou significância estatística rejeitando-se assim a hipótese H₃. Assim, nesse caso, os resultados não estão alinhados aos de Rupley, Brown & Marshall (2012), Iatridis (2013), Bernardi & Stark (2016) e Tan, Habibullah & Tan (2017).

Na variável Níveis Diferenciados de Governança Corporativa, o resultado encontrado não apresentou significância estatística, rejeitando-se assim a hipótese H₄. Esse resultado difere dos encontrados nos estudos de Iatridis (2013), Macêdo *et al.* (2013), Bernardi & Stark (2016), Tan, Habibullah & Tan (2017) e Liu & Zhang (2017), que constataram que a governança poderia ser vista como um conjunto de mecanismos que influenciava para o aumento no nível evidenciação e da qualidade das informações. Para a amostra desta pesquisa, não se confirmaram os resultados de Fathi (2013), Mansor *et al.* (2013), Chi *et al.* (2015), Shan (2015), Luthan *et al.* (2016) e Xue & Hong (2016), de que empresas com melhores práticas de governança corporativa estão mais propensas a divulgarem informações de qualidade superior. Também não foram confirmados os achados de Usman & Yero (2012), Bouvatier *et al.* (2014), Kouaib e Jarboui (2014), Shan (2015) e Bao & Lewellyn (2017), de que empresas que possuem maior concentração acionária divulgam informações de melhor qualidade.

Pelos resultados obtidos neste estudo, verifica-se que os objetivos foram atingidos porque oferecem contribuições relevantes para a discussão relacionada as divulgações sociais, ambientais e de governança (ESG) ao fornecer novas evidências provenientes das empresas listadas na [B]³, que sob a perspectiva da Teoria da Divulgação, se preocupam com riscos de reputação, imagem e atendimento à demanda de investidores preocupados com as questões de sustentabilidade (RSA). Os passivos contingentes não são apresentados em balanços e apenas evidenciados em notas explicativas, ainda sim, constatou-se que, apesar do crescente aumento

nos níveis de divulgação durante os anos observados, menos da metade das empresas analisadas apresentam resultados referente ao *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes ambientais, evidenciando uma fragilidade na qualidade das informações prestadas aos *stakeholders*.

Como limitações deste estudo, pode ser observado que o número de empresas que divulgam informações sobre as provisões e os passivos contingentes ainda é relativamente baixo, limitando assim uma melhor análise dos dados disponíveis ou de forma conjunta intersetorial ou intrasetorial. Outro ponto a destacar como limitante, são as informações divulgadas nos formulários de referência, pois existem dados não informados e até inconsistentes, o que também tende a limitar a análise.

Como pesquisas futuras, sugere-se utilizar uma amostra mais abrangente, com empresas listadas em outras bolsas de valores; realizar novas investigações de demais parâmetros de análise, evidenciando informações ambientais, não somente das provisões e passivos contingentes, mas dos demais dados que permitam identificar de maneira concreta o comprometimento da empresa com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

6. REFERÊNCIAS

- Abdo, H., Mangena, M., Needham, G., & Hunt, D. (2018). *Disclosure of provisions for decommissioning costs in annual reports of oil and gas companies: A content analysis and stakeholder views*. *Accounting Forum*, 42(4), 341-358.
- Abdullah, M., Hamzah, N., Helmi, M., Tseng, M.-L., & Brander, M. (2019). *The Southeast Asian haze: The quality of environmental disclosures and firm performance*. *Journal of Cleaner Production*.
- Akhtaruddin, M., Hossain, M. A., Hossain, M., & Yao, L. (2019). *Corporate governance and voluntary disclosure in corporate annual reports of Malaysian listed firms*. *Journal of Applied Management Accounting Research*, 7(1), 1.
- Akinlo, T., & Dada, J. T. (2021). The moderating effect of foreign direct investment on environmental degradation-poverty reduction nexus: evidence from sub-Saharan African countries. *Environment, Development and Sustainability*, 1-21.
- Argerino, C. V. (2016). Um estudo sobre a contabilidade ambiental com enfoque nos ativos ambientais em empresas de mineração. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/458.pdf>>.
- Barbosa, J. S.; Scherer, L. M.; Scarpin, J. E.; Murcia, F. D (2015). Construção de métrica para avaliação da qualidade da informação contábil sob a ótica de analistas fundamentalistas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 9, n. 24, p. 42-55.
- Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA, 5ª Ed. São Paulo: Autores Associados.
- Camargo, R. C. C. P.; Alberton, L. (2015) A percepção dos usuários sobre materialidade: mapeamento e análise sistêmica da literatura. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, v. 26, n. 3.

- Céfaï, D; Pasquier, D. (2003). *Les sens du public. Paris. PUF. GRI – Global Reporting Initiative. Manual de Implementação.2013. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-wo.pdf>.*
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC25_R1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- Costa, C.A. (2012). Contabilidade ambiental mensuração, evidenciação e transparência. 1.ed. São Paulo: Atlas.
- CSRHub. (2023). *The CSRHub Ratings Methodology*. Disponível em: <https://www.csrhub.com/csrhub-esg-ratings-methodology>. 15 jul. 2023
- Drucker. P. F. (2017). *The Theory of the Business*. Harvard Business Review Classics.
- Dye, R. A. (2001). Uma avaliação de “ensaios sobre divulgação” e a literatura sobre divulgação em contabilidade. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 181-235.
- Ferreira, F.S.; Gonzales, A. (2015). Contabilidade ambiental: um estudo sobre o impacto dos eventos econômico-ambientais nas organizações. *Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco*, v.1, n.2, p.112-137.
- Garcia, E. A. R., Carvalho, G. M., Boaventura, J. M. G., & Souza, J. M., Filho. (2021). *Determinants of corporate social performance disclosure: A literature review. Social Responsibility Journal*, 17(4), 445-468.
- Hendriksen, E. S.; Van Breda, M. F. (1999). Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas.
- International Accounting Standard 37 [IAS 37]. (2009). *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. Consolidated version as of 16 September 2009*. Disponível em: <https://www.efes.group/wp-content/uploads/2018/11/ias37_en.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- Isik, C., Ongan, S., & Özdemir, D. (2019). The economic growth/development and environmental degradation: evidence from the US state-level EKC hypothesis. *Environmental Science and Pollution Research*, 26, 30772-30781.
- Qureshi, MA, Kirkerud, S., Theresa, K., & Ahsan, T. (2020). O impacto da sustentabilidade (ambiental, social e de governança) divulgação e diversidade do conselho sobre o valor da empresa: o papel moderador da sensibilidade do setor. *Estratégia Empresarial e Meio Ambiente*, 29(3), 1199-1214.
- Masron, T. A., & Subramaniam, Y. (2019). Does poverty cause environmental degradation? Evidence from developing countries. *Journal of poverty*, 23(1), 44-64.
- Muhammad, B., Khan, M. K., Khan, M. I., & Khan, S. (2021). Impact of foreign direct investment, natural resources, renewable energy consumption, and economic growth on environmental degradation: evidence from BRICS, developing, developed and global countries. *Environmental Science and Pollution Research*, 28, 21789-21798.

- Ponte, V. M. R., Albuquerque Filho, A. R., Sousa, A. L. C., Silveira Lopes, H. S., & GUIMARÃES, D. B., (2019). Influência da Internacionalização e da Governança Corporativa na Responsabilidade Social Corporativa. *Iberoamerican Journal of Strategic Management*, 18(3), 397-419.
- Prado, T. A. R.; Ribeiro, M. S. (2016). Passivos ambientais: uma análise das pesquisas publicadas em periódicos no período de 1994 a 2015. In: ANPCONT, 10., 2016, Anais ... Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Ribeiro, M.S (2006). Contabilidade Ambiental. 1.ed. São Paulo: Editora Saraiva,
- Rogers, D. S., & Tibben-Lembke, R. S. (1999). Going backwards: reverse logistics trends and practices. Pittsburgh: RLEC Press.
- Silva, A. F. P., Araújo, R. A. M., & Santos, L. M. S. (2018). Relação da rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(52), 101-118.
- Sousa, C. B., Silva, A. F., Ribeiro, M. S., Welffort, E.F.J. Valor de Mercado e *Disclosure* Voluntário: Estudo Empírico em Companhias Listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, v. 6, n. 2, p. 94-115, 2014.
- Verrecchia, R. E. (2001). *Essays on disclosure. Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180.
- Wang, J., & Dong, K. (2019). What drives environmental degradation? Evidence from 14 Sub-Saharan African countries. *Science of the Total Environment*, 656, 165-173.
- Zask, J. (2004). *L'enquête sociale comme inter-objectivation*. In: KARSENTI, B.; QUÉRÉ, . *La Croyance et l'Enquête : Aux sources du pragmatisme*. Paris. Ed. de l'EHESS.